

EDUCAÇÃO CÍVICA: RESULTADOS PRELIMINARES DE UM ESTUDO

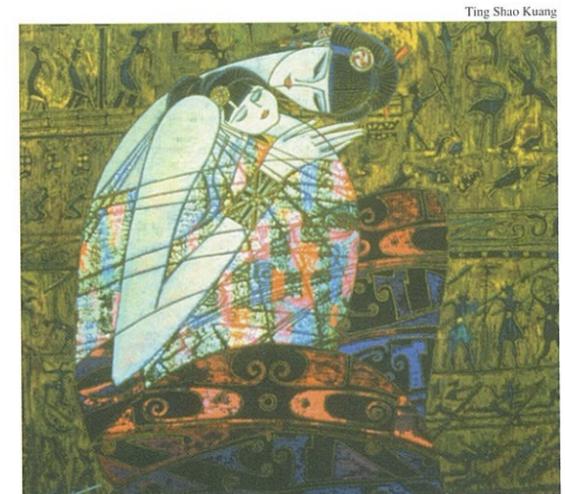
ISABEL MENEZES (FPCE-UP), MADALENA MENDES, CARLA FERREIRA, GEORGINA MARQUES, CONCEIÇÃO RIBEIRO E GERTRUDES AMARO (IIE)

O Instituto de Inovação Educacional participa, desde 1994, através da Direcção de Serviços de Avaliação do Sistema Educativo, numa investigação coordenada pela *International Association for the Evaluation of Educational Achievement* (IEA), cujo objectivo é avaliar o currículo enunciado, implementado e conseguido na área da educação para a cidadania. Numa primeira fase, o estudo envolveu a análise sistemática do currículo enunciado (e.g., documentos orientadores da política educativa, programas oficiais e manuais escolares de disciplinas do ensino básico) e a análise exploratória do currículo implementado (através de entrevistas a informantes privilegiados), no sentido de dar resposta a cinco questões, a saber:

- I. O que se espera que os jovens de 14-15 anos tenham aprendido sobre o significado da democracia (incluindo as suas instituições e práticas e os direitos e obrigações de cidadania)?
- II. O que se espera que os jovens de 14-15 tenham adquirido como sentido de identidade nacional?
- III. O que se espera que os jovens de 14-15 anos tenham aprendido sobre os grupos discriminados (definidos em função do género, etnia, classe social ou estatuto de imigrante)?
- IV. O que se espera que os jovens de 14-15 anos tenham aprendido sobre a relação entre a economia e a política?
- V. O que se espera que os jovens de 14-15 anos tenham aprendido sobre a fonte ou natureza de problemas locais específicos, em particular os da sua comunidade?

Os resultados desta primeira fase foram publicados pelo Instituto de Inovação Educacional e revelam a presença de objectivos e conteúdos no currículo enunciado do ensino básico, embora grupos de alunos e professores entrevistados expressassem algum cepticismo quanto à abordagem sistemática destas questões no quotidiano da sala de aula.

A segunda fase teve início em 1998, e envolveu um longo período de preparação de instrumentos de observação dos conhecimentos, competências, concepções, atitudes e comportamentos de alunos no final da escolaridade básica. A nível internacional, os itens construídos centraram-se no conceito de democracia, havendo também alguns itens relativos à identidade nacional e à coesão e diversidade social.



Ting Shao Kuang

Adicionalmente, cada país poderia incluir alguns itens nacionais relacionados com estas duas últimas questões, que envolvessem um episódio da história nacional considerado relevante para a evolução da identidade colectiva e/ou para a evolução da situação de grupos discriminados. No caso português, a escolha recaiu sobre o processo de colonização-descolonização, sendo incluídos alguns itens relacionados com a situação de grupos discriminados. Os itens nacionais incluem (i) itens de escolha múltipla, que remetem para o conhecimento de situações factuais e para a compreensão das causas, consequências e significados dos acontecimentos, e (ii) itens tipo Likert, que visam registar atitudes face a grupos discriminados e a acontecimentos históricos.

Os dados relativos ao Estudo foram obtidos numa amostra representativa, a nível nacional, de 6 958 alunos distribuídos por 150 escolas do Continente e Ilhas, abrangendo uma turma do 8º ano e uma turma do 9º ano de escolaridade, cuja selecção aleatória foi da responsabilidade do Instituto. A testagem final decorreu em Abril/Maio de 1999 e envolveu também a aplicação de um Questionário ao Professor, dirigido aos Professores de Língua Portuguesa, História, Geografia e Ciências Naturais das turmas seleccionadas, e de um Questionário à Escola, a ser respondido pela gestão escolar.

Como é evidente, a participação em estudos internacionais deste tipo impõe algumas limitações à divulgação dos dados, pelo que apenas apresentaremos alguns resultados preliminares para os itens nacionais.

Conhecimento e compreensão dos episódios associados à descolonização

Os itens nacionais de escolha múltipla apelavam a conhecimentos sobre: a guerra colonial, os países que foram colónias portuguesas, os acontecimentos

efeito mais importante do 25 de Abril, que uma parte significativa dos alunos associa à independência de Portugal (27%) ou à instauração da República (18,6%).

Duas questões nos parecem relevantes sublinhar, desde já. Em primeiro lugar, se atendermos a que

Quadro 1
Resultados para os itens nacionais de escolha múltipla

Item	Opções				NR
	A	B	C	D	
Quais destes países foram ex-colónias portuguesas em África?	63,7	12,0	5,8	10,6	7,9
Onde se iniciou a luta pela independência das colónias?	47,3	12,6	15,2	15,8	9,1
Qual a decisão de Salazar face à guerra?	10,1	11,4	14,2	55,6	8,7
Qual a posição da ONU face à guerra colonial?	30,6	25,7	15,6	18,2	9,9
Qual o efeito da guerra colonial?	57,4	8,2	9,3	16,8	8,3
A descolonização foi o processo através do qual as antigas colónias	58,7	9,9	11,0	11,3	9,1
As colónias tornaram-se independentes após	15,5	11,2	10,0	54,9	8,4
Qual o acontecimento associado à descolonização?	10,4	12,6	4,2	64,2	8,6
Cantor da resistência antes do 25 de Abril?	11,0	63,2	14,2	3,4	8,2
Qual o efeito da descolonização?	57,0	16,5	6,1	11,7	8,7
Qual deveria ser o comportamento de Portugal face às ex-colónias?	9,5	31,6	17,8	31,5	9,6
Qual o efeito mais importante do 25 de Abril?	35,2	27,0	18,6	11,3	7,9
Qual o significado da frase "nem mais um soldado...?"	5,9	79,8	5,1	1,3	7,9
Porque é que Timor Leste não concluiu o processo de auto-determinação?	7,3	12,8	62,7	8,5	8,7
Quem recebeu o Prémio Nobel da Paz em 1996?	14,7	20,2	43,9	11,8	9,4
Que território deixará de ser administrado por Portugal em 1999?	59,0	6,3	18,2	8,2	8,3
Em que países existem grandes comunidades de emigrantes portugueses?	76,6	2,4	4,0	9,0	8,0
Países que têm o português como língua oficial	84,0	0,9	1,5	5,7	7,9
A CPLP é constituída por	10,0	50,1	9,3	22,4	8,2

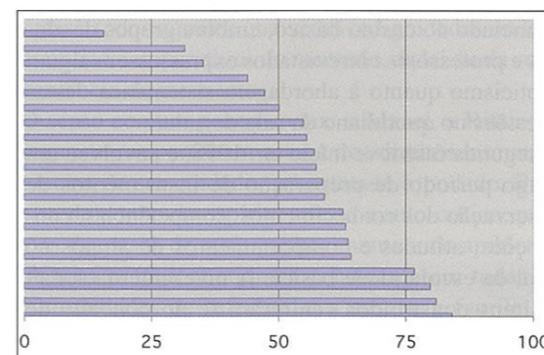
Nota: assinalam-se a vermelho as percentagens de respostas correctas.

que rodearam o processo de descolonização e assuntos correntes relacionados com o tema, como, por exemplo, a Comunidade de Países de Língua Portuguesa, a situação em Timor-Leste ou a transferência da administração de Macau (Quadro 1).

Saliente-se que estes itens remetem para episódios da história nacional que não são abordados de forma sistemática no ensino básico (à excepção de alguns conteúdos da disciplina de História e Geografia de Portugal, no 2º ciclo) e que também não são objecto de um intenso debate na sociedade portuguesa (por exemplo, a guerra colonial) apesar de, no momento da testagem (Abril de 1999), se verificar uma meditação intensa a propósito do 25º aniversário do 25 de Abril.

Os resultados revelam que 20% dos itens têm concentrações de respostas correctas superiores a 70%, 55% dos itens têm concentrações de respostas correctas entre os 50% e os 69%, e 25% dos itens têm concentrações de resposta correctas inferiores a 50%. Neste último caso, tratam-se de questões relativamente específicas (como é o caso da posição da ONU face à guerra colonial), susceptíveis de confusão (por exemplo, assinalar que Xanana Gusmão recebeu o prémio Nobel da Paz juntamente com D. Ximenes Belo) ou mesmo de controvérsia (como é o caso do comportamento desejável de Portugal face às ex-colónias, em que a maioria dos alunos pensa que deveria ter garantido a defesa de interesses económicos); a excepção parece ser o item relativo ao

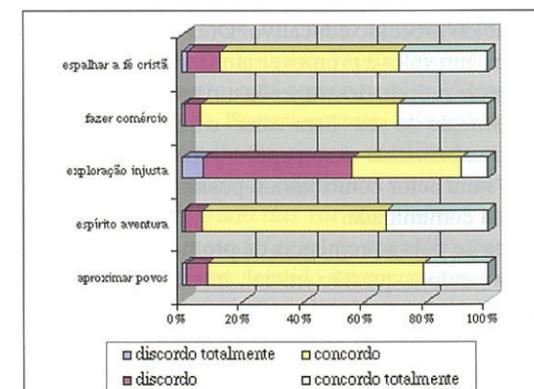
estas questões não são objecto de um esforço intencional de aprendizagem, na escola ou noutros contextos de socialização, há que reconhecer que o perfil de respostas correctas, como se pode observar no Gráfico 1, é moderadamente positivo, dado que apenas 5 itens têm percentagens de resposta correcta inferior a 50%. Saliente-se que, do ponto de vista destes jovens, estamos a abordar acontecimentos que não ocorreram no seu ciclo de vida, ao contrário do que acontece com um segmento significativo da população portuguesa, que os vivenciou directamente. Em segundo lugar, não se pode escamotear que estas questões remetem para um passado recente e que o perfil de respostas correctas revela a necessidade de intensificar os esforços, nas escolas e nas outras instituições de socialização, de aprendizagem e debate destes temas.



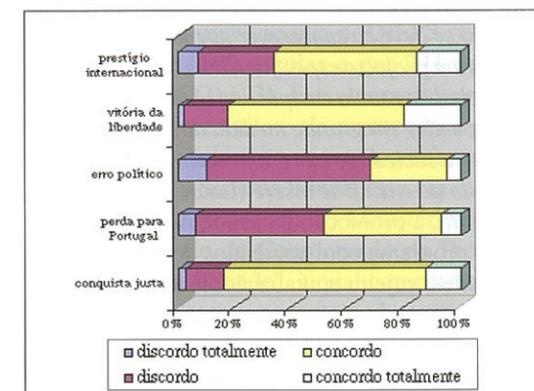
Percentagem de respostas correctas para os 20 itens nacionais.

Atitudes face à colonização e à descolonização

Os itens nacionais, tipo Lickert, visavam aceder às atitudes dos jovens face ao processo de colonização e de descolonização. Como se pode observar nos gráficos seguintes, existe a registar a tendência de uma visão francamente positiva, e quicá um pouco auto-complacente, das navegações portuguesas, se atendermos à rejeição da perspectiva de que constituíram uma exploração injusta de outros povos. Quanto à descolonização, a tendência é a assunção de uma leitura também positiva, com a grande maioria a considerar que se trata de uma conquista justa dos povos colonizados e uma vitória de Portugal e dos países colonizados e a discordar de que tenha sido um erro político, apesar de alguma ambivalência quanto ao facto de constituir "uma perda para Portugal, porque deixou de ser um Império".



Atitudes face às navegações portuguesas.

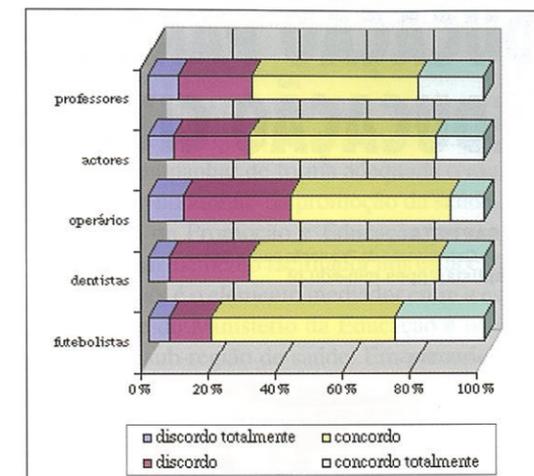


Atitudes face à descolonização.

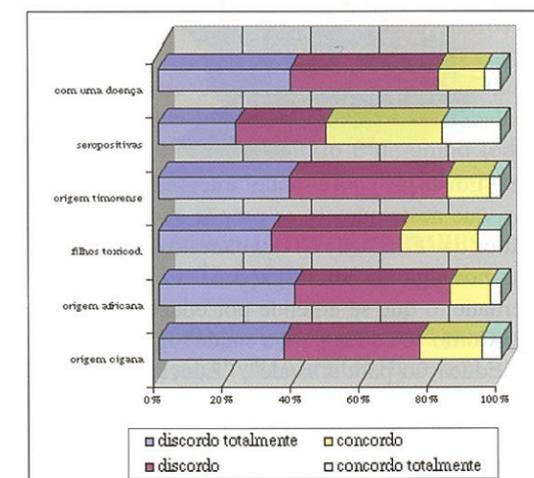
Atitudes face a grupos discriminados

Finalmente, as atitudes face a grupos discriminados foram analisadas a partir de questões que registavam a concordância com a entrada de imigrantes para trabalhar em diversos domínios e com a criação de escolas separadas para crianças de grupos discriminados.

Tanto num caso como noutro, os respondentes tendem a assumir uma atitude positiva face à integração



Atitudes face à entrada de imigrantes.



Atitudes face à segregação de crianças.

de imigrantes e de crianças de grupos minoritários. As excepções prendem-se com as situações eventualmente mais ambivalentes na sociedade portuguesa: a autorização de entrada a imigrantes que sejam operários não especializados (42,5% de discordância), e a segregação de crianças seropositivas (51,2% de concordância), filhas de toxicod dependentes (29,3%) ou, embora em menor grau, de etnia cigana (23,9%). Ora, estes últimos resultados merecem a nossa reflexão, nomeadamente porque podemos estar a assistir à emergência de fenómenos de discriminação de grupos significativos da população, eventualmente decorrente da perigosidade percebida de certos fenómenos (como é o caso da toxicod dependência) na sociedade portuguesa.

Finalmente, gostaríamos que a divulgação destes dados constituísse uma ocasião, não para a flagelação do sistema educativo (auto ou hetero infligida), mas para a reflexão pró-activa sobre as práticas intencionais de educação para a cidadania que as várias instâncias de socialização em Portugal, incluindo a escola, devem propiciar aos jovens, nas vertentes de conhecimentos, competências e disposições para agir.